



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião	Nº: 0059/13	DATA: 06/03/2013
INÍCIO: 15h08min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 01h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h30min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRCIO NUNO RABAT - Consultor legislativo da Câmara dos Deputados. JAMES ALLEN - Jornalista.

SUMÁRIO: Debate sobre os desenhos da reforma política.
--

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos. Eu queria dizer que os Srs. Parlamentares do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, que será, dentro de pouco tempo, absorvido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, não puderam comparecer hoje porque tinham várias reuniões marcadas para este mesmo horário. E, para não dar descontinuidade aos nossos trabalhos, eu resolvi mesmo assim fazer esta reunião.

Na semana passada tivemos uma reunião muito proveitosa, com a presença de mais de 15 Parlamentares. O nosso Centro de Estudos e Debates Estratégicos vai ser ainda instalado, com a presença de 11 representantes, para, além de discutir os grandes temas nacionais e internacionais, formular políticas públicas para o Brasil e para o Poder Legislativo. Temos certeza absoluta de que o Centro de Estudos e Debates Estratégicos vai colocar o Poder Legislativo no centro dos debates dos grandes temas nacionais e internacionais.

A Câmara sempre foi a caixa de ressonância dos grandes problemas nacionais. Mas, muito mais do que isso, a Câmara precisa antecipar-se aos fatos, a Câmara não pode ser atropelada por uma crise neste mundo globalizado em que vivemos, uma crise que acometa o País, que possa gerar repercussões muito negativas para nós. Por isso, nós pretendemos fazer do Centro de Estudos e Debates um órgão que possa antecipar-se aos fatos e possa colocar o Poder Legislativo no Brasil como um propulsor das grandes discussões que serão realizadas não só no Brasil, mas em todo o mundo, como também formular políticas públicas que possam servir de modelo a este novo mundo em que vivemos.

Por isso, a presença hoje do Dr. Márcio Rabat é motivo de muita satisfação. Ele vai discutir o regime federativo e a reforma política, que será votada entre os dias 9 e 10 de abril. Nós precisamos estar preparados para esse desafio nesse modelo que precisamos fazer. A reforma política é importante.

Na próxima semana deveremos estar discutindo a reforma tributária, outro desafio que o Brasil tem pela frente. São mais de 60 taxas, impostos e contribuições, que fazem com que a pessoa física e a pessoa jurídica tenham dificuldades em andar em dia com o Fisco e com que haja uma guerra fiscal entre todos os Estados da Federação brasileira. Por isso, nós precisamos discutir esses temas, para que



assim o Poder Legislativo seja indutor desse processo de grandes reformas que o Brasil precisa para se integrar a este novo modelo.

Nós abrimos esta reunião passando a palavra ao Dr. Márcio Nuno Rabat, que é graduado em Direito pela Universidade de Coimbra e especialista em Ciência Política pela Universidade de Brasília e em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra.

Com a palavra o ilustre conferencista de hoje, Dr. Márcio Nuno Rabat. Depois, teremos debates franqueados a todos aqueles que desejam fazer intervenções.

O SR. MÁRCIO NUNO RABAT - Boa tarde. Agradeço muito o convite do Conselho de Altos Estudos, na pessoa do Deputado Inocêncio Oliveira, para tratar de um tema que considero importante; dediquei 20 anos na Consultoria a estudá-lo e, se eu não o considerasse importante, seria realmente muito triste para a minha vida.

Como disse o Deputado Inocêncio, vai resultar de minha fala certa valorização do Poder Legislativo. Eu não vou fazer isso porque estou aqui, mas porque acho que qualquer discussão sobre o regime representativo, levada a sério, chega a esse ponto.

Fiquei muito contente também com o tema que me foi sugerido, porque me parece uma compreensão correta a de que, além de tratar de cada modificação, grande ou pequena, na legislação eleitoral e partidária, quando se fala em reforma política é importante ter um quadro geral de onde ela se insere, que é na história do regime representativo, no mundo e no Brasil. Então, eu vou usar um pouco do meu tempo para fazer essa localização histórica, para mostrar depois como os temas de que o Congresso Nacional está tratando sistematicamente, quando fala em reforma política, têm uma inserção histórica e teórica que precisa ser conhecida, para não se cometerem às vezes erros de perspectiva.

Eu não estou trabalhando neste momento na Comissão de Reforma Política. Já trabalhei em várias ocasiões; nós fazemos um rodízio entre os consultores, até para que todos estejamos sempre em dia, o que eu confesso ter achado bom, porque se deu o caso de que a reforma política estaria para ser votada, e seria um pouco constrangedor se eu estivesse trabalhando diretamente no material e estivesse aqui falando em público também sobre isso.



Bem, vou entrar diretamente no tema do regime representativo. Eu vou dividir minha exposição em três pontos: um referente ao surgimento do regime representativo moderno na Europa — ela é o berço desse modelo que domina hoje o Brasil e o mundo; vou passar rapidamente ao surgimento do regime representativo moderno no Brasil, e depois fazer uma ligação com os nossos temas da reforma política.

O que hoje nós chamamos normalmente de regime representativo ou de regime de representação política é basicamente, em muitos sentidos ainda, o regime moderno que surgiu na Europa, que começou a ser construído, se formos muito longe, no Século XVI ou XVII, e que se consolidou no século XVIII ou XIX. E, naturalmente, ele construiu-se em oposição ao que havia antes na Idade Média. Em particular, ele constituiu-se em oposição à fragmentação social e política que existia na Idade Média, que fazia inclusive com que a ordem jurídica fosse fragmentada. Para nós parece óbvio a ideia de um direito para todos, mas na Idade Média isso não acontecia. Havia ordens jurídicas específicas para cada grupo de pessoas, eram os chamados privilégios. Os privilégios não eram só as coisas dos que nós chamamos de privilegiados; os privilégios eram a ordem jurídica e de qualquer comodidade específica. Essa era uma das características da Idade Média.

Outra característica da Idade Média importante para nosso tema do regime representativo é que o representante político da comunidade era diretamente o detentor de poder econômico e social. Então, não havia, na maioria dos casos, eleições generalizadas etc. O senhor feudal de terras era automaticamente o representante político daquele feudo. Como isso foi mudando até chegar ao nosso sistema atual? Em primeiro lugar, houve uma concentração de poderes em alguns senhores feudais, normalmente o rei. Até ali, o rei não era muito diferente de outro senhor feudal qualquer. Tinha alguma titulação excepcional — desculpem-me se gostam muito dos reis —, mas vivia mais ou menos na mesma situação dos demais senhores feudais.

O processo social levou à concentração de poder em alguns senhores feudais, que eram os reis. Isso deu-se porque a sociedade mudou profundamente. Mudou porque passou a ter moeda, passou a ser uma sociedade com muito mais trocas, com muito mais ligações, e então o rei pode assentar seu poder em outros



apoios, em exércitos pagos, por exemplo, inclusive na tributação. A partir de determinado momento surgiu o que chamamos de Estado absolutista, que é um Estado em que todo esse poder espalhado pela comunidade começa a se concentrar cada vez mais em uma casa feudal, a casa real. E aconteceu uma coisa muito interessante de como a história funciona. Essa casa real concentrou tanto poder que, em determinado momento, tornou-se ambíguo até que ponto esse poder era privado ou era público, porque o rei era um senhor feudal como os outros, tinha seu poder baseado nas terras que detinha, nos bens, nas pessoas que lutavam em seu nome, chegando a hora em que ele disse: *“L’État c’est moi”*; “Agora, o Estado sou eu”.

Só que quando diz isso ele se coloca numa posição de risco, de numa certa forma, porque deixa de fazer sentido para muita gente que esse Estado seja privado. Se ele condensa todo o poder naquela região, naquela comunidade, o natural é começarem a pensar que esse poder não é um poder privado, é um poder público. Assim, surgiu a separação entre a coroa, que passa a ser uma coisa autônoma, e os bens do próprio senhor. Resumindo, esse processo rapidamente cai no que chamamos de Estado de Direito. Num determinado momento, não há mais como retroceder em relação à concentração de poder, mas há como dizer: “Olha, esse poder não é mais de nenhum grupo privado específico, ele é um poder da sociedade, é uma delegação da sociedade”. E, como o poder estava muito concentrado em cima do rei, também aquele monte de diferenças que havia entre feudos, corporação de artesãos etc., perde-se e passa a virar embaixo uma ordem jurídica única, em que todos, materialmente até em certo sentido, são iguais. Essa é a base do Estado de Direito; ou seja, o Poder Público é neutro, é imparcial, é uma delegação da sociedade, e a ordem jurídica é uma só para todos, e todos serão tratados igualmente pela lei.

Surge aí um problema, que é até hoje o problema da reforma política, da engenharia política: quais são os mecanismos para transferir o poder da sociedade para o Estado? Quais são os mecanismos eleitorais ou outros? Eventualmente, muitos países mantiveram a hereditariedade do poder real durante muito tempo. E, no centro das nossas questões, ainda há a questão inicial: qual é a forma de que



esse poder concentrado, que não é mais privado, seja efetivamente delegado pela sociedade?

Uma primeira resposta foi o Estado de Direito abstrato, que as pessoas diziam: “Basta que as leis sejam gerais e abstratas para elas serem para todos”. Então, a única coisa importante é que sejam as melhores leis possíveis. Isso fundamentou, inclusive, o sufrágio restrito a quem detinha poder e propriedade, renda e riqueza, com o argumento que, a nossos olhos hoje, parece absurdo, sólido. A pessoa que não tem propriedade e renda não tem autonomia. Na verdade, ele segue a determinação de quem tem propriedade e renda. Se ele não tem autonomia, ele não deve votar, porque ele não vai votar a partir de um pensamento geral e abstrato sobre os interesses da Nação. Obviamente, quem não tinha riqueza e renda, pode ter achado que o argumento era muito interessante, mas não o aceitou. Na verdade, o que quem tem riqueza e renda quer é que quem não tem riqueza e renda não participe das decisões políticas. Assim, surge a grande disputa política, talvez, a mais importante do Século XIX, entrada do Século XX, que é a disputa pelo sufrágio universal, que seria uma forma de atualizar o fato de que todos são iguais, inclusive politicamente, e participam igualmente da formulação da vontade coletiva.

Colocado em prática o sufrágio universal, aconteceu uma coisa que, para nós, também parece óbvia, mas que foi inesperada, que foi o surgimento dos partidos políticos, pois se poderia pensar que a população como um todo, devidamente Ilustrada sobre os concorrentes, escolheriam uma pessoa mais capacitada para tomar decisões abstratas, e o que aconteceu não foi isso. O que aconteceu foi que os grupos sociais se organizaram, de tal forma que os escolhidos não fossem apenas abstratamente os mais capazes, mas aqueles que representam aqueles grupos. Esse é o fundamento do surgimento dos partidos políticos, dos sistemas partidários modernos. E eles existem para que um grupo recolha o apoio social, para, em alguma medida, representar os interesses não exclusivamente de um grupo, mas tendo uma perspectiva daquele grupo. Isso cria o sufrágio universal, o Estado de Direito.

A igualdade formal cria uma situação que é importante para nós até hoje, porque ela cria certa ambiguidade no sistema, o que eu acho que é muito importante



que os Parlamentos e os Parlamentares, em particular, tenham em conta. Isso porque a sociedade não é igual. A representação é igual. O momento de maior igualdade possivelmente na história, na vida da sociedade contemporânea, é o momento do voto, em que realmente cada voto, no sentido do voto propriamente dito, é igual. Mas a sociedade não é igual.

Rapidamente percebeu-se que mesmo com o sistema de sufrágio universal os poderes sociais repõem-se na esfera política. Essa situação criou dois erros, parece-me, de avaliação; um é o erro do idealismo excessivo. Muitas vezes ele foi visto assim: “Ah, como há sufrágio universal, como todos votam, o poder é efetivamente igualitário”. Isso não corresponde, como todos sabem, à realidade dos fatos. O poder tem desigualdades, tem grupos que têm mais influência e outros grupos que têm menos.

E cai-se também, às vezes, no risco contrário, que é o seguinte: como esse sistema não resolveu, não acabou com o problema da desigualdade, ele não tem serventia nenhuma. Isso criou uma desconfiança permanente em relação à esfera política no nosso mundo moderno, que é uma coisa complicada, porque, na verdade, a experiência histórica é que esse poder do sufrágio, esse poder da organização, dos setores sociais, mostrou-se efetivamente um instrumento de justiça. E justiça social e democracia são muito sólidas. Como eu disse, cria-se um problema para as instituições de representação política, pois se espera delas, às vezes, mais do que elas podem dar, e elas ficam numa situação um pouco acuada. É contra isso que estou manifestando-me aqui. Eu acho que as instituições representativas devem ter noção de sua importância e expor-se dessa forma.

Bom, eu perdi aqui o controle do tempo. Então, para não gastar muito mais, eu vou dizer que o que aconteceu aqui no Brasil não foi tão diferente do que aconteceu nesses países centrais. Houve um longo período imperial e o começo da República, em que, num certo sentido, o poder econômico e social era imediatamente político. Aqueles grupos que, no Império, detinham, até porque não havia o sufrágio universal, o poder econômico e social quase que automaticamente exerciam o poder político, o que não quer dizer que esses grupos não tenham em conta os interesses sociais — muitas vezes têm. O senhor de terra de uma região não tem interesse em que todo o mundo que está ali morra de fome e perca seus



empregos etc. Agora, ele representa automaticamente aqui uma delegação explícita daqueles que estão sendo governados.

Vou saltar todo esse período e dizer que mais ou menos na década de 20, 30 ou 40, fomos chegando a um sistema de representação política mais próximo daquele que chegou um pouco antes aos países centrais da Europa e que coincidiu como lá, com a extensão do sufrágio. Mas não só isso: também foram criadas instituições de representação política que são as que nós temos hoje.

Basicamente, o nosso sistema eleitoral é aquele que foi formado na década de 30, 40, a partir de uma reflexão já feita na década de 20 e que vem funcionando desde então. Esse é outro ponto que eu vou permitir-me discutir de uma forma que não é tão negativa, como por vezes se pinta. Ele sofreu algumas rupturas —tivemos três regimes partidários diferentes —, mas essas vieram de fora. Não me parece que seja razoável dizer que elas romperam porque o sistema, internamente, era inconsistente. Houve disputa com essas rupturas que vieram de fora, que romperam em 1964, e depois em 1980 de novo. O sistema que nós temos vem sendo reconstruído desde então. Desde a década de 80 ele vem sendo reconstruído como um sistema pluripartidário. Ele recolhe toda a experiência anterior e eleva-a para um nível que nós nunca tivemos na nossa história. Nós temos, primeiro, o sufrágio universal, que nunca tivemos. A verdade é que, até 1985, os analfabetos não podiam votar no Brasil, e era uma parcela muito significativa da população. Eu até acho que hoje ainda há uma restrição, que eu considero, que apesar de haver razões, às vezes, pragmáticas para justificá-la, um problema do nosso sistema de representação, do ponto de vista simbólico, que os analfabetos não possam ser eleitos. Do ponto de vista da cidadania, da igualdade, não há nenhuma justificativa para isso, pelo menos formalmente.

Bom, aí, na década de 80, o que nós temos? Os dois pontos que eu acho fundamentais: esse, a extensão do sufrágio, o voto passar a ser exercido com amplitude, de forma periódica, universal, secreta — todos esses requisitos, nós temos isso no Brasil; às vezes a gente esquece, parece que as coisas não estão sendo assim — e autonomia de organização partidária, que também é muito importante. Por quê? Porque não basta que as pessoas possam votar; é preciso também que elas possam se organizar para participar do processo político, como



grupo, como grupo político. Então, a liberdade de organização partidária e a liberdade de votos são o fulcro do regimento representativo democrático moderno.

Eu insisto nisto: nós temos isso. Às vezes, fazemos críticas aqui e ali, mas temos isso. E, às vezes, quando nos debruçamos sobre questões concretas, para resolver um pequeno problema, criamos uma regra que pode por em causa essas bases. Por exemplo, eu acho que, pelo fato de que o nosso sistema partidário se tenha fragmentado excessivamente, a autonomia de organização partidária foi sendo posta em causa cada vez mais na cabeça da cidadania, dos Parlamentares, de quem estuda, dos pesquisadores, de uma forma que eu acho perigosa. A autonomia de organização partidária não é autonomia do partido. Tende-se a pensar: “Os partidos existem lá, nós existimos aqui. Eles estão com autonomia demais e estão fazendo coisas que não deveriam fazer.” A autonomia de organização partidária é autonomia de organização da população para formar os partidos. Quando nós começamos a criar uma série de regras para que partidos não surjam, nós começamos a colocar isso em causa.

Pessoalmente, acho que a Justiça Eleitoral tem atuado excessivamente nessa esfera. Um exemplo claro, na minha opinião, é a decisão a respeito da fidelidade partidária. Na minha opinião, essa é uma decisão que só poderia ser tomada pelo conjunto de representantes da Nação. Da forma como foi tomada cria um problema sério, porque o representante hoje segue podendo mudar de partido. Ele foi eleito num partido e muda para outro. Na resolução do TSE admite-se isso, desde que algumas condições políticas sejam dadas.

Bom, mas quem decide que essas condições políticas estão dadas? É o próprio TSE. Para mim, isso é um círculo vicioso terrível. O TSE deu-se o direito de decidir se agentes políticos estão tomando decisões políticas legítimas ou não. E aí diz assim: “Aquele mudou bem de partido; aquele não mudou bem.” Não se trata de dizer que foi feito com má-intenção etc.; o problema é que, e eu acho que isso não se percebe, às vezes, isso está pondo em causa a própria lógica sistema. Em última instância, quem decide a legitimidade política da ação dos representantes é o representado.

Como os senhores podem ver, esse é um tema pelo qual me apaixono um pouco, por isso acabo estendendo-me. Mas esses são os pontos fundamentais que



eu gostaria de abordar em relação à história tanto do regime representativo em geral quanto do nosso regime. E a razão por que disse que essa exposição valoriza muito a Câmara dos Deputados é a seguinte: esse sistema tem de ser pensando em todas as suas partes. Não adianta dizer que aqui há um problema e ali há outro sem pensar em como eles se conjugam. Só a conjugação de todas essas partes é que cria uma instituição capaz, pelo menos em tese, de responder ao conjunto dos interesses desta Nação, e não a uns ou outros, e capaz de dar voz ao conjunto de valores que estão presentes na sociedade, e não a um ou outro.

Nesse sentido, sem dúvida, em todo este processo histórico, seja no Brasil, seja fora do Brasil, o Parlamento é decisivo, porque, como instituição isolada, é a única capaz de fazer isso. É a única instituição que consegue, por exemplo, em nosso caso, cuidar que todos os Estados estejam representados, que os vários segmentos da população sejam representados. Ao mesmo tempo permite que nós analisemos se está funcionando bem ou não, porque, quando se olha para o Parlamento, espera-se ver realmente a sociedade sendo representada.

É lógico que há outros grupos externos que olham a situação — e há um caso claro, porque é fácil de contar, o caso das mulheres — e dizem: “Olhe, está funcionando bem, mas há algum problema, ao mesmo tempo, porque as mulheres são muito poucas. Não estão sendo representadas tanto assim.” Algumas vezes, um Estado diz: “A minha representação está muito pequena em termos comparativos”. Essa é uma discussão permanente. A discussão, contudo, tem que ser feita também em função do todo. Sempre que se vir um ponto particular, pode-se questionar: isso deturpa o conjunto das questões ou não?

Esse era, digamos assim, o quadro de fundo que eu queria dar, porque acho que o Congresso deve pensar também nesses termos, e não apenas nos termos de cada mudança específica, e deve pensar no que a mudança significa nesse conjunto. Imiscuindo-me neste órgão, acho que o Conselho de Altos Estudos pode ter uma função específica nisso, porque pode distanciar-se um pouco para olhar esse todo, ao contrário do que às vezes acontece nas disputas políticas imediatas no dia a dia.

Falarei agora um pouco sobre as questões que estão em discussão hoje, mas não do ponto de vista delas. Eventualmente a discussão pode ir para esse lado, mas



eu gostaria de mostrar como elas estão dentro da discussão histórica, conceitual, teórica e comum do regime representativo em todo o mundo.

Há ainda um detalhe que eu gostaria de apresentar: é muito subestimado o que foi feito no Congresso Nacional ao longo dos últimos 20 anos, em termos de regulamentar o funcionamento do regime representativo. Considero, por exemplo, que a Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096, de 1995, é uma reforma política *sem si*. Ela deu as bases para a autonomia partidária, para como se organizar o partido. Acho até que temos eventualmente regredido um pouco em relação a ela.

E temos uma lei permanente, a Lei nº 9.504, de 1997, que não é uma lei irrelevante. Permite-nos pensar com mais calma em todas as mudanças a serem introduzidas, porque não é possível nem correto dizer, como se diz, que o Congresso não está legislando e que, portanto, outras entidades podem vir e dizer quais são as regras do processo eleitoral e partidário. Essa posição é de uma ilegitimidade gritante! Nós temos uma legislação eleitoral e partidária. Enquanto não for mudada pelo Congresso, essa legislação eleitoral e partidária tem de ser aplicada tal como é, o que não impede que haja interpretação judicial sobre muitas questões concretas. Entretanto, acho que se está abrindo um precedente, em que a interpretação judicial possa dizer, explicitamente: “Como o Congresso não legislou, foi tomada essa decisão”. A lei existe! Se a lei existe, que se cumpra tal como ela é. Não se pode dizer isto: “Ah, o Congresso não mudou a lei como deveria ter mudado, portanto nós vamos aplicar outra regra”.

Desculpem-me entrar com ênfase nisso. Faço-o porque considero que o tema realmente apresenta certo perigo. E temos a continuidade dessas discussões permanentes. Isso acontece em todos os países, não só no Brasil. As instituições de representação política estão sempre em dúvida: ela está funcionando mesmo? Ela precisaria ser melhor? O povo está sentindo-se representado? É difícil que o povo se sinta representado, porque é muito difícil representar efetivamente e porque existem correlações de força na política, não podem ser escondidas. Essas questões são permanentemente levantadas em todo o mundo, inclusive aqui.

Quero chamar a atenção para o fato de que as discussões que fazemos hoje estão dentro desse contexto teórico de que eu vinha falando. Por exemplo, hoje há uma discussão muito importante: até que ponto os mecanismos de representação



política devem ser complementados por instrumentos de participação política direta? Pessoalmente, sou a favor de que as instituições representativas sejam as mais abertas possíveis no que diz respeito a ouvir a população. Temos na Câmara dos Deputados e no Congresso brasileiro, desde a Assembleia Constituinte, algo fabuloso: as audiências públicas efetivas. No processo constituinte isso foi de uma força e de um vigor impressionantes, e nunca mais se perdeu. Às vezes é até um pouco estranho como as audiências públicas são vivas. Mas acho que isso é muito bom.

Contudo, é preciso ter em conta que toda aquela estrutura que foi montada para representar o conjunto dos interesses pode ser colocada em causa se os mecanismos de participação não são criados com cuidado, porque a estrutura pode beneficiar um grupo que tem influência, poder, organização suficiente para participar por essas vias e dificultar outros grupos que não têm esse poder, mas são capazes de ir lá e participar pela via eleitoral. Isso é um problema geral da relação entre representação e participação, constante da lei atual.

Está-se discutindo, nos projetos de lei, se vão aumentar ou não os instrumentos de participação. E nem estou falando desse projeto específico, porque faz mais ou menos 10 anos que as mesmas questões estão sendo colocadas. Há outra questão: o financiamento público de campanha, seja exclusivo, seja não exclusivo. O tema também reapresenta uma questão fundamental de toda a discussão sobre as instituições representativas: até que ponto o poder político deve ser autônomo em relação ao poder econômico e social?

Por um lado, dentro daquele esquema inicial de que falei, é óbvio que a modernidade implica certo distanciamento do poder político para olhar o sistema como um todo, a Nação como um todo, os interesses como um todo. Mas, por outro lado, cabe aos próprios cidadãos organizarem-se para participar da esfera política. Eu realmente não gostaria de defender o ponto para um lado ou para o outro, até porque, sinceramente, em 20 anos, acho que não há um ponto sequer da reforma política sobre o qual eu possa dizer: "Sobre este eu tenho certeza absoluta, acho *isso*." É claro que tenho posições, mas são questões muito complexas, efetivamente.

É razoável, por outro lado, como eu disse, que a cidadania não se organize em alguma medida; podem-se estabelecer limites para financiar seus representantes



políticos, para financiar a participação do seu grupo social na política? Essa é uma questão. Outra questão central em todas as nossas discussões sobre reforma política é que sempre estamos pensando que no Brasil faltam partidos. Essa é uma discussão permanente, ou porque há partidos de menos, ou porque há partidos de mais.

Há sempre a sensação de que o sistema partidário não está representando a Nação. Gosto de frisar isso. Num momento pensava-se nisso, logo depois do multipartidarismo. Pensava-se: “São muito poucos partidos”. Os dois partidos que havia no regime de 1964 não eram capazes de representar a Nação, era preciso abrir. Toda a legislação foi feita nesse sentido. Às vezes esquecemos que parte da fragmentação partidária foi uma decisão política. Era preciso reabrir aquele sistema. Depois, foi-se para o lado contrário: “São partidos de mais e são muito frágeis. É preciso fortalecer os partidos. É preciso que eles tenham capacidade de impor políticas gerais, inclusive para os seus próprios filiados.”

Esta é uma discussão também permanente: até que ponto o representante é só o representante de um grupo ou é um indivíduo que vai tentar pensar no bem comum, sem pensar nos grupos? Essa é questão também permanente. Isso mostra-se às vezes nos detalhes. Por exemplo: nós temos certa dificuldade em definir, quando estabelecemos certas regras, qual vai ser o grau de autonomia do partido para aplicar essa regra. Neste momento, nós temos dois casos claros: quando se defende a lista partidária fechada, ou seja, preordenada, dada aos eleitores numa determinada ordem, ou quando se discute o financiamento público de campanha, exclusivo ou não, por meio do qual uma quantidade de recursos relativamente grande vai ser repassada para os partidos, fica sempre em aberto quem vai decidir e como vai ser decidida a ordem da lista, ou como serão distribuídos esses recursos na hora de se fazer a campanha, mostrando um pouco como no Brasil a tendência é a desconfiança em relação ao partido, é muito forte a demanda de que a lei determine como vai ser essa distribuição, de que a lei determine como vai ser feita a lista partidária.

Acho que é uma solução razoável que a lei determine, é uma solução defensável, mas raramente surge a defesa firme da posição contrária: “Não, nós somos a favor de que os partidos se organizem autonomamente. É o próprio partido



que define como organiza a sua lista, como organiza a distribuição de recursos, mesmo que sejam públicos, porque isso está na base da autonomia de organização partidária.”

Eu tinha-me comprometido com o Conselho de fazer essa explanação geral dos temas. Até pretendia usar um pouco menos de tempo, para não tomar todo o tempo dos senhores e das senhoras. Mas, exposto esse quadro, se houver interesse em dar alguma continuidade ao debate, eu estarei à disposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostaria de comunicar aos nobres pares e a todos os presentes que o Dr. Márcio Nuno Rabat tem dois livros publicados, intitulados *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto* e *Reforma política no Congresso Nacional: histórico e situação atual*. Portanto, ele conhece profundamente esse modelo.

Eu gostaria de abrir com algumas perguntas, até para ensejar um debate maior. Quando, em 1776, Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações*, ele disse que o mercado era um valor para resolver todas as atividades da vida. Depois, o próprio país modelo de capitalismo puro, quando houve a crise em 2008 — em que o sistema bancário quebrou e o sistema habitacional também entrou numa crise muito grande —, viu que era necessário haver a intervenção do Estado.

Com base nisso, quero fazer uma pergunta. Acredito que o mercado não é valor; o mercado é instrumento para servir, para se chegar aos verdadeiros valores. Valor é democracia. Valor é liberdade. Valor é saúde, educação, segurança. Valor é a geração de renda e empregos. Valor é, sobretudo — e esta é a maior conquista do cidadão —, o emprego por meio do qual o cidadão pode, com o suor do seu rosto e a força do seu trabalho, viver com honestidade e criar a sua família.

Comparado a outros países, podemos dizer que o Brasil passou por alguns modelos. Vou falar apenas do republicano para cá. No sistema republicano, nós tivemos alguns problemas. Na 5ª República, depois de Dr. Tancredo Neves, quando fizemos a Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo então Presidente Sarney — e a Assembleia já era compromisso do Dr. Tancredo Neves —, fizemos uma constituição chamada Cidadã, que assegurava os direitos individuais e coletivos a todos. Fizemos, assim, na evolução natural de um sistema que até então



vinha sendo um sistema capitalista, a nossa primeira Constituição, cujo Relator, Rui Barbosa, copiou a constituição dos Estados Unidos. Nós a chamamos Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

Eu gostaria de dizer que, depois desse marco, o Brasil evoluiu bastante. Acredito, entretanto, que esse modelo de estatismo também não serve ao cidadão, porque assume atividades que deveriam ser próprias do cidadão e devia dar a ele liberdade para criar e ter o poder de resolver suas questões. Por isso, pergunto qual é o modelo ideal para um País como o nosso, o modelo social liberal, o modelo estatizante ou o modelo totalmente liberalizante.

Considero que seja ideal o modelo social liberal, porque os partidos brasileiros praticamente têm o mesmo programa partidário. O programa partidário de praticamente todos os partidos é mais ou menos o mesmo. Parece que um copia do outro, com pequenas variações. Isso enseja o Parlamentar achar que o mandato é dele, que ele não tem nenhum compromisso com o partido político. O que poderia ser feito para que os partidos políticos pudessem ter uma posição mais consistente, uma posição em que os seus representantes pudessem bater no peito e dizer: “Eu pertenço a tal partido”?

Por que o legislador brasileiro tem seu poder tão legiferante? A constituição americana tem 11 artigos. Em mais de 200 anos, promulgada em 1776, logo depois da emancipação política, ela tem 11 artigos. Parece que, de lá para cá só, fizeram cinco emendas constitucionais. Uma foi feita por Lincoln, abolindo a escravidão. Nesses anos todos foram feitas somente cinco emendas. Diariamente, no plenário, assistimos a vários Parlamentares apresentando emendas constitucionais. Por que esse poder tão legiferante do legislador brasileiro?

Vou parar aqui, para dar ensejo à fala de outros. Tem a palavra o Deputado Jesus Rodrigues, do PT do Piauí. Dr. Márcio Nuno Rabat, tome nota dos questionamentos, para depois responder de uma só vez.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Quero levantar um pouco mais a discussão a respeito do financiamento público de campanha, ponto principal, eixo dessa reforma política. Vemos em pesquisas realizadas que os Deputados eleitos, na maioria dos Estados, na maioria dos casos, foram os que mais gastaram. É o poder econômico que realmente consegue ser determinante numa eleição.



Embora a prestação de contas muitas vezes não exprima o que realmente foi gasto, termina sendo quase um freio para que aquele candidato não gaste muito mais do que, digamos, possa esconder ou omitir. Com o financiamento público exclusivo de campanha, esse freio vai ser também mais fechado, mais próximo. Tornará muito mais restrito o uso do recurso, já que este será público. Mas, de certa forma, como frear o recurso utilizado fora do recurso público, que também termina sendo impossível de se bloquear? O ganho seria somente melhorar a lei que estabeleceu a prestação de contas como limitante. Agora, sendo financiamento público, é um limitante mais embaixo. De certa forma, quem puder gastar ou tiver seu caixa dois ou aquele famoso dinheiro não contabilizado, vai poder ter vantagem nessa eleição.

Quanto à lista fechada, realmente ela pode passar a ideia de que o eleitor não vai votar na pessoa, de que o eleitor vai votar no partido. E o partido foi quem estabeleceu aquela regra. Sabemos que são muitos os partidos, nos Municípios ou mesmo nos Estados, que terminam pertencendo a um restrito grupo, às vezes a uma família ou a um grupo político bem fechado, e vai ser aquilo ali que vai terminar estabelecendo a lista.

Assim, termina sendo a lista de partido também um aperfeiçoamento da sistemática que nós temos hoje, porque vai chamar a atenção para que se fortaleça mais o partido. Nós temos casos de pessoas que são presidentes de partido, mas na verdade, quando vão a público buscar o voto, já não conseguem ter essa representatividade junto à população. Como fica a lista de partido, no que diz respeito ao intercâmbio com a população, já que muitas vezes o presidente do partido ou quem comanda o partido não tem esse *link*?

Gostaria de que V.Sa. falasse um pouco mais a respeito dessas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputados Felix Mendonça Júnior e depois a José Humberto.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Quero complementar a pergunta do Deputado Jesus Rodrigues. Questiono como fica o poder econômico no financiamento público de campanha, aquele poder com que o Governo faz a rua para um candidato e que também não é contabilizado; aquele poder por meio do



qual um Deputado chega ao Governo estadual, municipal ou federal e consegue obras governamentais, que o Deputado leva como dele. É o abuso do poder econômico público. Como fica isso? Como pode ser isso contabilizado na prestação de conta de um candidato?

Pergunto também o que V.Sa. acha do TSE, que a cada eleição edita resoluções normatizando as eleições. Na véspera da eleição, o Tribunal normatiza as eleições, o que se incorpora às construções da jurisprudência, tudo isso sem o crivo da lei, às vezes até passando sobre ela. Como fica isso? Qual é a sua interpretação disso?

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Humberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Obrigado, Presidente Inocêncio. Cumprimento os demais colegas Deputados, as senhoras e os senhores, e os técnicos presentes, especialmente o consultor Márcio Nuno Rabat. Agradeço a oportunidade. Realmente, ao ouvi-lo, ficamos pensando na complexidade do tema. V.Sa. mesmo disse não ter exata certeza sobre qual seria o ideal ou a melhor escolha do modelo de representação política da sociedade.

Em minha vida política, que é um grão de areia, comparada à experiência política do nosso Presidente Inocêncio Oliveira, vivenciei algumas experiências que mostram essa complexidade. Às vezes chegamos a nos perguntar se o problema — e não só nessa questão política, na questão eleitoral — é o modelo da lei ou a questão da impunidade, quando se deixa de cumprir a lei. São tantas regras! As diferenças, as experiências são muito grandes. Cada história é uma. Existem perfis de Deputados os mais diversos. Alguns foram eleitos pelo partido de forma plena. E todos nós fomos eleitos pelo partido, porque na verdade vivemos um sistema de voto proporcional e quase nunca os votos individuais seriam suficientes para nos eleger. Portanto, obviamente, dependemos do partido.

Por exemplo, eu transferi-me para o PHS depois de ser Prefeito da minha cidade, para dançar a dança do momento. Quero até pedir desculpas ao meu partido por citar o fato dessa maneira, mas a verdade dos fatos é que temos de parar com essa hipocrisia. Os cidadãos que me elegeram não votaram no meu partido, votaram



em mim. Os votos não seriam suficientes para me eleger, não fossem os votos de outra região que nem ao menos me conhecia. Essa é a complexidade. A minha campanha ficou muito barata em comparação com outras campanhas, de forma verdadeira, porque na verdade fui eleito com 80% dos votos da minha cidade. Foram suficientes nessa condição. Talvez não sejam suficientes para me trazer de volta, mas essa é uma realidade que vivi.

Sempre me chama a atenção também a força que tem essa tradição. Assusta-me muito falar de lista fechada, porque nós dependemos de organizações que são falhas, e nunca serão perfeitas. Como vamos dar oportunidade de expressão a uma sociedade que é múltipla, dinâmica, que muda com o tempo, deixando essa decisão fixa na mão de algumas pessoas, talvez atrasando o avanço?

Fico pensando que o financiamento público de campanha pode ser uma forma de impedir que o poder econômico sobreponha-se a outros e faça com que a maioria dos eleitos venha por força dessa compra. Mas existem, como disse o nosso colega, outras formas, as quais utilizamos no dia a dia. É uma forma até velada de se comprar um voto. Quando colocamos uma emenda individual para beneficiar a nossa base, estamos colocando de forma privilegiada. Mas isso também não é legítimo? Afinal de contas, nós queremos resultados. Como disse V.Sa. muito bem, o cidadão vai medir lá é se o sistema trouxe de volta a ele o resultado que ele espera, que é melhor qualidade de vida.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V.Sa., mesmo que não tenha exata certeza da dimensão dessa complexa questão do financiamento público. Vim de um partido pequeno, mas sou favorável à reforma política. Acho que, infelizmente, muitos políticos passaram a ter donos, proprietários, como o feudo antigo, inclusive por questões econômicas. Isso é muito triste de assistirmos. Pode até ser que uma mudança não me traga de volta, mas acho que não dá para continuar do jeito que está. Portanto, sou favorável a uma reforma política. Acho que a sociedade clama; embora não tenhamos, é preciso estabelecermos esse modelo de fato. Talvez eu tenha chegado atrasado, mas gostaria de saber a opinião de V.Sa. mais especificamente sobre a questão de um modelo mais adequado para o momento que vivemos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Tem a palavra o Dr. Márcio Nunes Rabat.

O SR. MÁRCIO NUNES RABAT - Como sempre, nesses casos, os sistemas são realmente muito complexos, fica difícil detalhar e entrar tema por tema. Vou tentar dar uma visão geral do que eu percebo sobre essas questões.

Quero começar reafirmando uma coisa que falei no começo. Acho que nós, toda a cidadania, temos de fazer todas as críticas pertinentes ao sistema para melhorar, mas temos de ter um certo cuidado de não pôr em causa o que foi conquistado para o Brasil nos últimos 30 anos. Como eu disse, nós temos um sistema em que a população se faz ouvir, tem autonomia, que é a questão partidária, tem autonomia de associação em geral, tem voto.

O voto, tanto quanto podemos ver, é um voto limpo, é contado corretamente. E a organização do nosso sistema partidário enfrentou, e enfrenta, dificuldades que nem todos os países enfrentaram. Por isso, acho que ela está sendo um pouco lenta e criando certa tensão, porque tivemos de partir de um sistema de bipartidarismo imposto, porque durante um longo período as pessoas não podiam... Todo o mundo que queria entrar na política tinha de entrar nesses dois partidos. Vários grupos não podiam entrar de jeito nenhum. Estando dentro, não se podia sequer passar de um partido para outro. Isso foi engessando de tal forma o nosso sistema político que só isso já faria com que a transição para um sistema multipartidário fosse difícil e complexa.

Depois, o que aconteceu? No momento da abertura, o PMDB vinha com muita força política e inchou demais. O PMDB chegou a ser um partido, na época... É engraçado como às vezes o momento... Eu estudei as audiências públicas que discutiram reforma política na Constituinte, vários participantes falaram do risco de o Brasil virar um México, com um PRI que dominaria tudo, porque o PMDB se tornou tão grande que era essa a percepção que se tinha naquele momento, que, na minha opinião, era uma percepção frágil, mas dava essa impressão.

Daí foi todo o mundo para o PMDB, que se tornou um partido que teria que se fragmentar. Não tinha como manter todo mundo dos vários grupos no mesmo partido, tanto aqueles que voltaram exilados quanto os que vinham da ARENA. Isso estendeu o prazo de consolidação do sistema brasileiro.



Depois tivemos uma mudança de grande dimensão. Alguns dos grupos sociais que estavam fora desse sistema cresceram, ocuparam espaço e chegaram a ocupar a Presidência da República. Tudo isso para um sistema partidário absorver é difícil e leva tempo.

Acho que alguns dos nossos problemas que nos deixam tensos são frutos da história e, provavelmente, vão ser superados pela própria história, porque o partido é uma invenção política extraordinária. Quando começa a funcionar mesmo, ele ganha força dentro do sistema político, chegando a um momento em que em muitos países o problema começa a ser o outro. Aí é preciso frear um pouco a força dessa instituição.

Gosto de defender sempre que não estamos indo para um desmoronamento das instituições representativas. Não, estamos indo para uma consolidação. É como vejo. Gosto de discutir os temas da reforma política dentro desse contexto.

Sobre o nosso sistema oscilar entre Estado e mercado, eu acho que essa é uma questão dada pela realidade. É pouco concebível que, num futuro próximo, algum dos dois lados se imponha de tal forma que elimine a influência do outro. Nós vamos ter, durante muito tempo, um sistema de mercado com um Estado que regulamenta esse sistema. É uma coisa que, de certa forma, está além até das nossas decisões. Seria preciso uma mudança estrutural de outro tipo para que isso não acontecesse.

O meu argumento de que o nosso sistema é muito fragmentado também é uma resposta, de certa forma, ao Deputado Inocêncio. Ele é fragmentado por razões históricas. Isso fará, durante certo período, que dificilmente nós tenhamos todos os partidos coesos. Muito improvável que isso aconteça, porque muitos desses partidos estão formando-se ainda, ou então surgem de pequenas fragmentações. Isso dificilmente vai acontecer, a não ser que venha uma imposição muito violenta da lei, que pode ter o efeito ruim de esconder a real dinâmica política que está acontecendo e parecer que está tudo bem estabelecido, cada um no seu, como vai ser durante o bipartidarismo, e na verdade não está, lá dentro está tudo fragmentado.

Dito isso, vou fazer só um comentário sobre o financiamento público de campanhas. Como eu disse, ele está ligado a um tema central da política durante



séculos, pelo menos há 2 séculos esse tema está aí, que é aquele: qual o grau de autonomia em relação ao poder econômico e social necessário para que o poder político seja funcional e democrático? E aí levanta-se outro problema. Não se pode chegar a um distanciamento tal que esse Estado passe a atuar guiado exclusivamente por suas próprias determinações sem preocupação com sua base social.

Um partido que absolutamente não precisa de base social para se financiar, o quanto ele manteria de ligação com essa base social? Eu não acredito que ele se romperia, mas acho que essa é uma questão importante. E aí o quanto a reprodução do poder político não se daria por uma lógica interna, é o poder que já está lá, é o poder que faz, não tem como se formar contraposições etc.? Embora dito tudo isso, eu acho que é o grande calcanhar de Aquiles do nosso sistema hoje e do regime representativo no mundo. O regime representativo perdeu excessivamente a autonomia em todo o mundo em relação ao poder econômico, principalmente, creio eu, pelo fato de que no plano social houve uma concentração extrema de poder econômico, independentemente do Estado ou não, em poucos grupos, que são os grandes grupos financeiros. Essa é uma questão sobre a qual o mundo todo está debatendo.

Quando se fala de financiamento público exclusivo de campanhas, eu acho que é uma discussão muito importante. E chateia-me um pouco que ela tenha escondido... Ela foi para dois extremos: ou financiamento privado ou financiamento público exclusivo. E não se tem discutido, há quase 10 anos, questões também muito importantes. A nossa lei diz que vai haver um limite de gasto de campanha, só que ela diz que não está determinado em lei, será determinado por outra lei. E esse artigo está aí esquecido. Talvez tivesse sido mais fácil e mais rápido, neste momento talvez já tivéssemos um limite mais claro de gasto de campanha se isso tivesse sido discutido.

Como eu já disse, realmente o Brasil tem um sistema ainda em construção, os perfis dos Deputados, dos partidos, das próprias organizações sociais que os sustentam são muito diversificados, e eu acho que aí vai levar um tempo normal da história de isso se estruturar mais, o que não quer dizer, obviamente, que a lei não possa intervir e ajudar. No entanto — e aí eu vou para o ponto que acho mais



importante —, os partidos não podem ser feitos pela lei. Não há como. Os partidos só podem ser feitos pelos militantes. Não tem como a lei criar um partido coeso e ideologicamente consistente. Isso é impossível. Só os militantes podem fazer isso, só os filiados ao partido podem fazer isso. Havendo um partido assim, a lei torna-se, até certo ponto... Muitas das questões que nós queremos resolver com a lei aqui, em alguns países foram resolvidas, porque, se uma pessoa mudar de partido, acabou a vida política dele. Aqui não é assim. Em muitos lugares não é assim, mas em alguns lugares é. Isso não dependeu da lei, mas da consolidação desses sistemas.

Eu até digo mais: já que o Deputado é do PT, acho que o PT, especificamente, cumpriu um papel importante na consolidação do sistema atual. Como provavelmente ele vinha de fora do sistema anterior, ficava mais clara a posição dele dentro do sistema, tanto que não é muito comum as pessoas ficarem entrando e saindo do PT. Não é por uma questão pessoal, porque são melhores ou piores, mas porque o partido veio de fora desse sistema. Isso, provavelmente, vai acontecer com os outros também, mas, no momento inicial, as fronteiras entre vários partidos que estavam surgindo a partir da fragmentação do antigo sistema bipartidário eram realmente frágeis. Aí a mudança de partido deixa de ser uma coisa que tenha um significado político chocante. É uma coisa normal, porque as pessoas estão dentro do mesmo sistema. Quem estuda o sistema partidário brasileiro diz que é verdade que as pessoas mudam muito de partido, mas mudam dentro de grupos de partidos. É muito rara uma mudança de um grupo para outro. Todo o mundo sabe mais ou menos quais são os grupos, não é preciso entrar em detalhes quanto a isso, o que para mim já significa, de alguma maneira, que o sistema está consolidando-se.

Um exemplo que, para mim, é claro é que, quando um grupo de filiados ao PT, que acabou fundando o PSOL, saiu do PT, eles não entraram em nenhum partido novo, porque seria estranho por razões políticas. Foi preciso criar um novo partido. Em outros casos, não é estranho por razões políticas e legítimas também. Não é estranho, porque a pessoa está mesmo ali, naquela posição política. Só se nós entrássemos numa discussão moralista excessiva para dizer: “Olhe, isso aqui é um absurdo” etc. e tal. Na verdade, não é uma questão moral. Aqui é uma questão política. Ou os campos estão definidos ou não estão. Se eles não estão, a lei não



tem como defini-los, o que não impede, repito, que a lei trabalhe no sentido de ajudar nisso.

Acho que é disso que se trata a reforma política. Eu só estava querendo evitar o idealismo legal, de que a solução legal vai resolver todas as questões políticas. Só a política e a militância política podem resolver as questões políticas. Era isso.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria complementar dizendo que a reforma política vai abordar quatro temas. O primeiro é o financiamento público nas eleições. Nós temos dúvidas já expostas por V.Sa. aqui nesta palestra, mas sobretudo uma dúvida que V.Sa. levantou. Como será a divisão desse recurso? Pelo partido? Pela quantidade de votos que tiveram? E os novos candidatos como terão? Ou será com a mesma estrutura para todos os candidatos? Um segundo ponto: se eu tenho um grupo de eleitores que resolve fazer uma reunião numa determinada casa e me chamam para hipotecar apoio, isso pode consubstanciar uma ilegalidade ao financiamento público exclusivo da eleição?

Quanto à proibição de coligação nas proporcionais — o segundo tema —, eu tenho dúvida desse sistema misto, em que uma parte é eleita em lista fechada e outra parte é eleita em lista aberta.

Do terceiro tema sou totalmente a favor, que é a diminuição do número de assinaturas para apresentação de iniciativa popular de 1.500.000 para 500 mil assinaturas. Acho que cada vez mais se faz com que a sociedade participe das decisões do Poder Legislativo. Por último, da coincidência das eleições — são os quatro temas que serão trabalhados — sou totalmente a favor porque diziam que a coincidência de eleições seria a municipalização da eleição nacional ou a nacionalização da eleição municipal, mas nada disso aconteceu. A melhor eleição, entre as dez que disputei, foi a de 1982. Lá estavam no palanque Vereadores, os candidatos a Prefeito, a vice-Prefeito, a Governador, a vice-Governador e dois Senadores, todos no mesmo palanque. Essa foi uma eleição interessante, porque fez com que durante certo tempo não tivéssemos constrangimentos à máquina administrativa, que para 6 meses antes da eleição e, portanto, não cria constrangimento administrativo, como não cria problema de maiores despesas para o País.



O Presidente Kennedy escreveu o livro *Política e Coragem* em 1958, antes das eleições. Dizem até que foi um assessor que escreveu. Nesse livro, Kennedy diz que chegou a um determinado momento em que a política americana, o Congresso americano, a Câmara dos Comuns e o Senado eram representados por grupos econômicos ou empresariais. A Coca-Cola escolhia um determinado número de Senadores e Deputados para financiar, e o mesmo ocorria com a GM, com a Ford e com tantas outras empresas, que também financiavam. Temos de evitar esse modelo de grupos econômicos neste País, caso contrário uma pessoa de classe média não poderá mais disputar uma eleição.

Ouvi atentamente a posição aqui exposta pelo nosso Deputado José Humberto, que disse que sua eleição foi uma das de custo mais baixo, porque ele teve 80% dos votos na sua cidade. Ele foi privilegiado, porque normalmente o Parlamentar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Eu fui Prefeito em 2004 e fui eleito agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - ...tem de fazer eleição em todos os Municípios, em todas as regiões, desde a Capital até o sertões, os agrestes, as zonas da mata, e assim por diante.

Houve uma eleição em Pernambuco em que fui dos mais votados. Sempre fiquei entre os três mais votados do Estado. Nas últimas seis eleições, fui, sozinho, o quociente eleitoral. Então, eu posso mudar de partido a qualquer hora, segundo interpretação do TSE, porque eu não dependi de partido nem de sobra nem de ninguém para me eleger. Eu elegi-me com meus votos. Nesta Legislatura, de 513 Deputados, tivemos apenas 25 que fizeram o quociente eleitoral sozinho. Portanto, há sempre essas distorções que precisam ser resolvidas. Essa minirreforma não vai resolver todas, mas pelo menos vai abordar temas que nós teremos a oportunidade de discutir mais em profundidade.

Muito obrigado. E, agradecendo a todos, quero perguntar ao Sr. James Allen se quer fazer alguma intervenção.

O SR. JAMES ALLEN - Eu até gostaria de dizer algumas coisas, mas a reunião vai ficar um pouco mais longa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não há problema, James.

O SR. JAMES ALLEN - Boa tarde. Sou jornalista, faço análise política para o mercado. Achei que as provocações iniciais do Presidente foram muito interessantes, porque no Brasil está havendo um fenômeno curioso nessa questão do período pós-ditadura. Embora tenha sido há muito tempo, existe uma renovação das forças políticas e existe também uma característica interessante: aquela velha divisão que houve na ditadura de que quem apoiou a ditadura militar era de Direita e de quem era contra a ditadura militar era de Esquerda.

V.Exa. falou da questão da centralização dos partidos, do centro do espectro político. Quer dizer, os liberais hoje temem assumir, com toda a clareza, por exemplo, a posição da Direita liberal, que defende o Estado mínimo, que defende o mercado como determinante do bem-estar e tudo, porque no Brasil, historicamente, parece que essa Direita liberal teme ser associada à ditadura militar: “Não, se eu sou liberal, sou a favor da ditadura”. Então, preciso ir ao centro, ter uma ideologia ou uma proposta mais social e, aí, mais identificada também com a Esquerda. E, assim, a Esquerda também evita ir muito lá à esquerda e vem ao centro e admite as questões de mercado. E, assim, nós ficamos com uma comunidade política no centro desse espectro político. Eu acho que é o que tem acontecido nos últimos 20 anos, particularmente depois da Constituição.

Então, eu acho essa questão que foi colocada por V.Exa. muito interessante, porque eu vejo hoje no Brasil essa dificuldade de se colocar, por exemplo, para o eleitor comum... Parece-me — e isso pode pertencer ao largo espectro da minha ignorância política — que a dificuldade de haver uma identificação do eleitor com o partido está ligada à dificuldade de se ligar o partido a uma proposta política nítida. Ou seja, que tipo de país eu quero? Hoje discute-se se a gente deve trabalhar com essa linha que está sendo desenvolvida, por exemplo, para combater a crise na Europa ou com a linha do keynesianismo, que está sendo colocada no Brasil, de injetar recursos públicos para fazer o contracíclico, o anticíclico, ou seja, de entrar com dinheiro para minorar a crise econômica.

A minha dúvida em relação a isso é a seguinte: se isso tem alguma saída no Brasil. Havendo a ditadura militar, havendo historicamente, ainda mais assim,



parece-me que o “lulismo” exacerbou essa questão, porque que o PT, eu acho, está dentro de uma armadilha ideológica em relação a essa questão, pois hoje não se concebe o PT sem o Lula. Ou seja, parece-me que o Lula é muito maior do que o PT, por maior ou mais importante — e eu não quero tirar nenhum mérito, como disse o professor — que seja a trajetória petista na história recente do Brasil, que acho fundamental, como de alguns outros partidos. Mas é uma idiossincrasia brasileira. Ou seja, o PT foi um partido ideológico, e o pragmatismo dele começou exatamente quando entrou no Poder que obteve. E Lula, inclusive, quando de sua segunda derrota para o Fernando Henrique disse isto com muita clareza: “Nós não vamos ganhar uma eleição enquanto nós não falarmos com a classe média”. Disse claramente isso. Foi o discurso de derrota dele, quando foi derrotado na segunda vez por Fernando Henrique. E foi o que o PT fez: procurou o centro, ou seja, esse miolo onde todos os partidos acabam localizando-se. Então, essa é uma discussão que acho muito interessante no Brasil.

Para concluir rapidamente a minha intervenção, eu votei a vida toda em partidos de esquerda no Brasil, porque eu achava importante para a democracia ter as duas asas, ter os dois lados. Os meus filhos, conversando comigo — já tenho filho de 20 e poucos anos — sobre essa questão política e tal, disseram: “E agora, como o senhor vê o Brasil?” Respondi: “Acho que é bom que vocês da sua geração votem nos partidos de direita, porque parece que o negócio está ficando meio desequilibrado”. Por quê? Porque acho que é saudável para um país existirem partidos de esquerda e partidos de direita, pois isso, parece-me, fortalece a democracia. No Brasil, no entanto, está tudo embolando-se ali no meio do campo e fica difícil para o eleitor.

Para os meus filhos, por exemplo, é difícil entender o que cada partido quer. É melhor falarmos de pessoas: Dilma quer isso, Aécio quer aquilo, porque realmente os partidos não têm ideologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eduardo Campos quer aquilo. *(Risos.)*

O SR. JAMES ALLEN - Eduardo Campos quer aquilo, pois é, exatamente. Marina quer aquilo. Marina, o que ela quer?



Então, essas coisas todas, eu acho, são discussões que ficaram provocadas por V.Exa., e para mim são belíssimas discussões sobre a questão política brasileira, que têm a ver com a questão partidária.

Essa tese da autonomia é muito interessante. Eu acho que ela faz sentido, mas o movimento popular que se está montando por aí é no sentido de montar uma estrutura muito mais rígida para os partidos, como lei geral, do que dessa maneira como o senhor está colocando a coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado, James, pela intervenção belíssima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.